



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Comando do Exército
Ministério da Defesa

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

EXERCÍCIO DE 2008

RELATÓRIO DE GESTÃO

- Referências:**
- Instrução Normativa TCU nº 57, de 27/08/2008
 - Decisão Normativa TCU nº 93, de 03/12/2008
 - Decisão Normativa TCU nº 94, de 03/12/2008

1. IDENTIFICAÇÃO

DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Nome Completo e Oficial da Unidade Jurisdicionada:

Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL

1.2. Número do CNPJ: 00.444.232/0001-39

1.3. Natureza Jurídica: empresa pública de direito privado

1.4. Vinculação Ministerial:

Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército

1.5. Endereço da Sede:

Quartel General do Exército Brasileiro
Bloco H, 3º Andar
70630-901 – BRASÍLIA/DF

1.6. Endereço da Página Institucional na Internet: www.imbel.gov.br

1.7. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada:

A IMBEL foi criada pela Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, desenvolvendo suas atividades na produção de material bélico, com estrita observância das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas pelo Comando do Exército, tendo como objetivo:

I – colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e

IV – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

1.8. Normas que Estabelecem a Estrutura Orgânica no Período de Gestão sob Exame:

Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 5.338, de 12/01/2005.

1.9. Publicação no Diário Oficial da União do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada:

D.O.U. nº 9, Seção 1, de 13/01/2005, p. 21 a 23.

1.10. Código da UJ Titular do Relatório

168002 – Sede Brasília

1.11. Código das UG's Abrangidas

CÓDIGO UG

168002 Brasília

168003 Escritório de Piquete – Piquete - SP

168004 Fábrica Presidente Vargas – Piquete – SP

168005 Fábrica de Itajubá – Itajubá – MG

168006 Fábrica de Juiz de Fora – Juiz de Fora - MG

168007 *Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica
Rio de Janeiro - RJ*

168008 *Fábrica Estrela – Magé – Rio de Janeiro*

1.12. Função de Governo Predominante:

Empresa Estatal - Dependente

1.13. Tipo de Atividade:

Industrial : Produção de Material de Defesa.

1.14. Situação da Unidade Quanto do Funcionamento

Em funcionamento

1.15. Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI

CÓDIGO **UNIDADE GESTORA**

168002 *Brasília
CNPJ00.444.232/0001-39*

168003 *Escritório de Piquete – Piquete - SP
CNPJ 00.444.232/0026-97*

168004 *Fábrica Presidente Vargas – Piquete – SP
CNPJ 00.444.232/0003-09*

168005 *Fábrica de Itajubá – Itajubá – MG
CNPJ 00.444.232/0007-24*

168006 *Fábrica de Juiz de Fora – Juiz de Fora - MG
CNPJ 00.444.232/0004-81*

168007 *Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica – Rio de Janeiro
CNPJ 00.444.232/0006-43*

168008 *Fábrica Estrela – Magé – Rio de Janeiro
CNPJ 00.444.232/0008-05*

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E / OU PROGRAMÁTICAS

2.1. Responsabilidades Institucionais – Papel da Empresa na Execução das Políticas Públicas

A Constituição Federal não somente atribui às Forças Armadas a responsabilidade de defender o patrimônio nacional como imputou à União assegurar os meios necessários à defesa nacional. Em outras palavras, é dever constitucional da União disponibilizar os recursos financeiros e materiais para a capacitação de suas Forças Armadas.

Por sua vez, a necessidade de defesa o patrimônio nacional impõe que as Forças Armadas trabalhem para obter os meios necessários ao cumprimento de sua missão constitucional, com efetividade e competência.

Neste contexto está inserida a IMBEL, explicitado em seu Estatuto Social:

I – colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e

IV – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

Buscando a maximização da exploração de sua capacidade instalada, a IMBEL tem se voltado para a fabricação de produtos com aplicação no meio civil, além daqueles exclusivamente de aplicação bélica.

2.2. Estratégia de Atuação da Empresa na Execução das Políticas Públicas

A IMBEL é uma empresa estratégica, não tendo por finalidade principal a exploração de atividade econômica com o objetivo de lucro. Seu resultado operacional deve ser avaliado pela certeza da capacitação para pesquisar e desenvolver tecnologias de interesse do Exército Brasileiro como, também, para fabricar produtos de defesa de interesse do país.

Embora tenha personalidade jurídica de direito privado, a IMBEL não deve ser confundida com as empresas privadas. Ela é uma empresa pública estratégica, atípica, diferente mesmo das sociedades de economia mista e de outras empresa públicas.

Entre as razões da existência da IMBEL está sua contribuição permanente para o fortalecimento do poder dissuasório do Estado, que visa garantir sua soberania e integridade territorial e, também, de sua participação ativa numa base industrial de produtos de defesa capaz de atender às necessidades de mobilização em situações conjunturais.

2.3. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.3.1. INDICADOR : Receita Total

2.3.1.1. DESCRIÇÃO

O indicador acima, tem como objetivo medir a eficiência das metas planejadas e definidas pela Empresa.

A Receita Total é o somatório de todas as Receitas de Vendas mais a Receita Orçamentária.

2.3.1.2. MÉTODO DE MEDIÇÃO

O acompanhamento do indicador é feito com valores (R\$) extraídos dos Balancetes Patrimoniais levantados mensalmente.

2.3.1.3. RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO

Contador da Imbel

2.4. METAS PLANEJADAS E REALIZADAS (Em milhões de Reais)

DESCRIÇÃO	META PLANEJADA	META REVISADA	META REALIZADA
1. RECEITA DE VENDAS	87.411		67.635
2. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	108.176		79.053
TOTAL	195.587		146.688

Notas:

A. Como os principais clientes Imbel são Institucionais (Federais e Estaduais), as disfunções apresentadas nas metas planejadas decorreram da não realização das vendas previstas para aquelas instituições que dependem, exclusivamente, de dotações orçamentárias.

B. A “Receita Orçamentária” só é reconhecida, contabilmente, por ocasião da liquidação e pagamento dos compromissos empenhados. Dos recursos originários do “Orçamento Fiscal”, empenhados até 31.12.2008 e não reconhecidos como Receita Orçamentária – Fonte 300, constam dos “Restos a Pagar” – Vide Item 4.

2.4.1. MEDIDAS PLANEJADAS PARA SANEAR AS DIFUNÇÕES DETECTADAS.

Com a passagem da IMBEL para a condição de Empresa Pública Dependente e, com isto, integrando o Orçamento Fiscal da União a partir de abril de 2008, a Empresa está, atualmente, em condições de sanar as dificuldades acumuladas no passado.

2.4.2. RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Administração.

2.5. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

2.5.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	dez/06	dez/07	dez/08
Associações de Classe	8.514,01	7.790,35	7.988,38
Combustíveis e Lubrificantes	334.340,47	285.242,61	271.059,15
Consultoria e Assessoria	15.650,00	-	-
Despesas Cartoriais	87.064,17	18.637,48	23.672,03
Despesas Com Viagens	430.995,06	340.166,73	491.333,71
Despesas Com Condução e Refeição	10.719,62	2.086,74	15.735,96
Diárias e Ajudas de Custo	-	-	54.581,96
Doações, Donativos e Brindes	32.474,57	54.237,21	83.394,71
Gastos Com Unidades Residenciais	1.244,21	9.205,14	4.681,36
Indenizações a Terceiros	1.716,34	1.894,15	-
Locação de Bens Imóveis	347.656,88	421.525,16	646.640,76
Manut. e Conserv. de Imóveis	681.334,70	469.913,26	664.117,98
Manut. e Conserv. de Maqs. e Equipm	473.808,91	499.303,44	333.846,52
Manut. e Conservação de Veículos	143.526,23	200.871,85	137.662,29
Materiais	277.536,14	481.217,71	726.218,15
Materiais de Escritório	66.067,68	67.556,56	60.672,72
Materiais de Informática	163.973,07	177.671,92	226.625,20
Materiais de Limpeza e Higiene	42.196,53	27.987,17	22.901,17
Seguro de Veículos	39.219,16	33.923,89	41.365,01
Serviços de Terceiros (PF)	161.440,64	145.045,10	139.623,49
Serviços de Terceiros (PJ)	2.413.406,91	2.826.206,07	3.591.833,55
Telefone Móvel	31.940,61	66.028,96	85.554,74
Treinamento de Pessoal	39.184,70	44.375,94	186.762,16
Uniformes e Material de Segurança	389.662,01	174.419,53	136.760,06
Cesta Básica	3.812,85	3.521,36	-
Energia Elétrica	335.818,85	338.147,22	456.737,90
Telefone Fixo	421.616,53	387.050,71	362.406,89
Despesas Legais e Judiciais	535.328,03	1.064.213,62	710.465,42
Consumo Água	70.944,89	115.265,45	88.564,62
Fretes e Carretos	5.196,99	24.284,47	15.243,27
Livros, Jornais e Revistas	16.042,62	12.745,68	14.172,13
Vale Transporte	11.927,20	11.297,79	14.340,11
Cópias e Reproduções	471,60	1.170,97	694,22
Desps. C/ Post. Telgrs. e Malotes	99.946,15	84.702,04	148.043,04
Anúncios e Publicações	90.807,84	86.316,07	193.270,26
TOTAL	7.785.586,17	8.484.022,35	9.956.968,92

3.5.2. DESPESAS COMERCIAIS

DESCRIÇÃO	dez/06	dez/07	dez/08
Anúncios e Publicações	11.107,96	7.111,29	8.187,72
Associações de Classe	13.375,00	6.703,42	4.077,76
Combustíveis e Lubrificantes	13.279,14	3.214,59	545,92
Comissões	1.640.526,73	3.537.163,29	1.282.261,19
Consultoria e Assessoria	-	-	21.916,74
Cópias e Reproduções	33,60	105,70	-
Depreciações	4.225,41	4.250,05	3.114,05
Despesas Cartoriais	28,10	490,85	3.463,83
Feiras e Eventos	733,20	1.046,00	14.155,00
Despesas com Viagens	36.224,64	30.763,65	2.434,30
Despesas Legais e Judiciais	1.681,64	383,31	9.890,00
Diárias e Ajudas de Custo	10.299,40	230,82	-
Fretes e Carretos	123.551,82	145.972,97	52.313,66
Livros Jornais e Revistas	8.698,46	524,32	4.454,39
Locação de Bens Imóveis	250,00	9.788,66	-
Manut. e Conserv. Maqs. Equipm.	-	24,30	851,90
Manut.e Conserv. de Veículos	2.861,59	175,00	120,00
Materiais	16.303,18	8.019,50	6.673,13
Materiais de Escritório	4.849,72	4.920,69	6.034,99
Materiais de Informática	2.096,07	2.754,50	-
Materiais de Limpeza e Higiene	1.173,22	11,00	-
Propaganda e Publicidade	17.726,67	301,77	4.514,32
Seguro e Transp. Produt. Com.	49.476,52	80.880,26	8.876,02
Serviços de Terceiros (PF)	400,00	1.103,20	-
Serviços de Terceiros (PJ)	76.036,16	19.241,97	10.475,13
Telefone Móvel	1.465,46	9.297,99	65,82
Treinamento de Pessoal	-	679,13	73,50
Uniformes e Mat. de Segurança	1.586,75	-	60,00
Energia Elétrica	36.795,12	39.819,89	28.786,16
Telefone Fixo	27.234,19	26.685,79	24.597,46
Desps. c/ Post. Telegs. e Malotes	783,50	1.815,68	89,30

TOTAL	2.102.803,25	3.943.479,59	1.498.032,29
--------------	---------------------	---------------------	---------------------

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não existentes.

4) RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

UG	RP FONTE 300	RP FONTE 250	TOTAL FONTE 300+100
168003 Escritório de Piquete	2.151.667,48		2.180.750,14
168004 Fábrica Presidente Vargas	4.149.191,43	657.221,92	4.806.413,35
168005 Fábrica de Itajubá1	10.221.878,05	5.063.714,52	15.285.592,57
168006 Fábrica de Juiz de Fora	4.413.615,22	455.306,04	4.868.921,26
168007 Fáb. Mat. Com. e Eletrônica	2.450.724,96	851.978,28	3.302.703,24
168008 Fábrica Estrela	2.772.245,35	726.662,79	3.498.908,14
	26.159.322,49	7.783.966,21	33.943.288,70

5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO (Recebidas e Realizadas)

Não existentes.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não existente.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não existentes.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica.

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO:

11.1. OUROCARD CORPORATE

<u>UJ</u>	<u>PORTADOR</u>	<u>No. CARTÃO</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
FMCE	Douglas Merquior	4411 7490 0081 6374	-	59.368,63
SEDE	Paulo Roberto Dias	4411 7490 0081 2989	1.494,20	189,10
TOTAIS			23.943,11	102.486,17

11.2. PRÉ PAGO

<u>UJ</u>	<u>PORTADOR</u>	<u>No. CARTÃO</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
SEDE	Paulo Roberto Dias	4078 0190 0734 4988	848,02	1.875,53
TOTAIS			37.095,88	8.769,00

11.3. CARTÃO ALIMENTAÇÃO

<u>UJ</u>	<u>No. CARTÃO</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
FMCE	4078 0190 0734 5035	72.016,80	0,00
FE	4078 0190 0734 5027	103.485,39	0,00
TOTAIS		175.502,19	0,00

12. RECOMENDAÇÃO DOS ORGÃOS DE CONTROLE INTERNO:

12.1. Processo nº 13/2008, de 03/06/2008 - Análise dos balancetes dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007.

Recomendação: Que a IMBEL envie esforços no sentido de regularizar, o mais breve possível, todos os pontos levantados pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria Interna.

Providência/Justificativa: Estamos atendendo, regularmente, as recomendações do Conselho Fiscal.

12.2. Processo nº 16/2008, de 26/06/2008 - Análise dos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008.

Recomendação: Que a IMBEL envie esforços no sentido de regularizar, o mais breve possível, todos os pontos levantados pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria Interna.

Providência/Justificativa: Estamos atendendo, regularmente, as recomendações do Conselho Fiscal.

12.3. Relatório da Visita de Auditoria realizada no período de 22 a 25 de abril de 2008.

12.3.1 **Recomendação:** Os processos administrativos da empresa devem ter o mesmo número, visando um maior controle pela administração.

Providência/Justificativa: Quanto a ordenação e numeração das folhas dos processos esta Empresa passará a atentar para que esses senões não mais ocorram.

12.3.2 Recomendação: Devem ser anexadas aos processos, no mínimo, duas propostas de outras empresas, além da proposta da contratada, ou preços fixados por órgão oficial ou, ainda, preços verificados em Sistema de Registro de Preços (SRP). Isso servirá para a verificação de que o preço contratado não está acima dos valores praticados no mercado.

Providência/Justificativa: No tocante ao processo da Radiobrás e outros, por essa Empresa considerá-los como fornecedores exclusivos, com o conseguinte enquadramento de inexigibilidade, deixou de constar a justificativa de preços. Tais senões serão registrados para que as falhas não mais ocorram. Aduz-se que a particularidade dos produtos envolvidos, não raros de especificações técnicas de interesse único da IMBEL, será de difícil acompanhamento de preços no mercado.

12.3.3 Recomendação: Deve ser feita a autuação e a numeração do processo administrativo, numeração essa seqüencial de todas as compras de material e de serviços. A documentação do processo deve ser numerada e rubricada pelo responsável pela montagem do processo, devidamente identificado no início do mesmo. Essa numeração deve ser feita em ordem crescente, dos seus autos, devendo-se, ainda, evitar a inserção de documentos sem numeração. Assim, o processo inicia-se com a requisição da compra ou serviço e se finda com o contrato, podendo se findar com a documentação relativa ao pagamento. Tudo especificado anteriormente está de acordo com o Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de jun de 1993 e o Acórdão TCU 955/2002-Plenário.

Providência/Justificativa: Quanto ao prescrito de acordo com o Art. 38 da Lei 8.666/93 e Acórdão TCU 955/2002, sobre a falta de formalização, esta Empresa registrou o apontamento para a devida correção nos processos futuros.

12.3.4 Recomendação: No caso de valores elevados, bem como da entrega e pagamento parcelados, seguindo os ditames legais, é necessário que a empresa solicite ao fornecedor a garantia do cumprimento do contrato, conforme preconiza o Art. 56 da lei nº 8.666, de 21 de jun de 1993.

Providência/Justificativa: Foi registrada a falha sobre a falta de garantias no tocante à aquisição de álcool etílico (processo 01/IMBEL/FPV/07) de valor elevado. Cumpre-nos ressaltar que não foi exigida a garantia contratual, pois as entregas parceladas eram apropriadas e pagas uma a uma. E, além disso, na época a própria IMBEL, sem recursos assegurados, não raro, descumpria os cronogramas de entrega e ainda falhava em atrasos ao ressarcimento ao fornecedor.

12.3.5 Recomendação: Os processos administrativos devem ser montados separadamente, mesmo que a dispensa de licitação seja consequência de concorrência deserta.

Providência/Justificativa: A montagem do processo da dispensa de licitação 0635/SECP/07 não foi feita separadamente da concorrência deserta, pois os processos eram arquivados pelos números de pedidos de compra (EMS). Como a concorrência não gerou pedido, houve a necessidade de arquivá-los juntos, uma vez que, a dispensa foi consequência da concorrência deserta. Para o futuro serão adotadas medidas saneadoras.

- 12.3.6 **Recomendação:** Os processos deverão ser numerados em ordem crescente, no seguinte formato: nº da página / total de páginas do processo, bem como rubricados, pelo encarregado de montar o processo licitatório.
Providência/Justificativa: Será objeto de registro para sanar os senões apontados.
- 12.3.7 **Recomendação:** A documentação que designa a comissão de licitação deve fazer parte do processo licitatório, bem como deve ser confeccionado o termo de abertura da licitação.
Providência/Justificativa: Esta falha será observada para que não mais venha a ocorrer.
- 12.3.8 **Recomendação:** Insira-se, quando da elaboração dos editais de licitação, as condições necessárias à participação dos licitantes, ao desenvolvimento da licitação e à futura contratação.
Providência/Justificativa: Foi utilizado o modelo simplificado do ato convocatório, constante do regulamento interno de licitação da IMBEL, que não se apresenta com todas as condições essenciais e relevantes. O dito regulamento, já foi modificado, por diversas vezes, não mais está vigorando na Empresa.
- 12.3.9 **Recomendação:** A Comissão de Licitação não deve abrir os envelopes com a documentação e/ou propostas de preços de empresas que não participarão de licitação. O procedimento correto é devolver o envelope fechado à licitante. Também, os procedimentos realizados por ocasião das reuniões do certame licitatório devem ser obrigatoriamente registrados em ata.
Providência/Justificativa: Tais falhas serão observadas e introduzidas como aprendizado nos processos.
- 12.3.10 **Recomendação:** Reveste-se a necessidade de que a requisição de compra da autoridade competente esteja detalhada, contendo a especificação dos materiais e as quantidades a serem adquiridas.
Providência/Justificativa: Tais falhas serão observadas e introduzidas como aprendizado nos processos.
- 12.3.11 **Recomendação:** Na medida do possível, o Presidente da Comissão de Licitação deve ser o mesmo, em todos os atos do certame, do ato convocatório à adjudicação. Igualmente, quando forem necessárias mudanças na comissão, obrigatoriamente, deve constar no processo o documento que fez essa designação.
Providência/Justificativa: Tais falhas serão observadas e introduzidas como aprendizado nos processos.
- 12.3.12 **Recomendação:** Deve constar nos processos licitatórios a justificativa, assinada pelo Diretor Administrativo, para a não utilização da modalidade pregão.
Providência/Justificativa: O relevante é que a IMBEL não utilizava a modalidade do pregão, conforme preceituado na Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, por não ter em seus quadros, pessoal habilitado para tal. Por desconhecimento, não foram apostas as correspondentes justificativas nos processos listados.
- 12.3.13 **Recomendação:** Deve ser seguido o modelo citado, anexo aos instrumentos convocatórios.
Providência/Justificativa: O modelo adotado pela comissão de licitação, no tocante a declaração de emprego de menor, era o previsto em nosso regulamento de licitação. Será adotado para os próximos certames o modelo publicado no livro do TCU.

12.3.14 **Recomendação:** Tendo em vista que as 2 (duas) reuniões fazem parte da mesma licitação, não podem ser incluídas novas empresas que não participaram da 1ª reunião, na 2ª reunião. Entretanto, se fosse realizada a repetição do convite, nesse momento existiria a possibilidade de inclusão de novas empresas no certame licitatório, o que inclusive é obrigatório, pois seria um novo certame licitatório. Também, em consonância com o § 7º do Art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 jun 1993, devem ser justificados, em ata, os motivos para a adjudicação da licitante vencedora em convite que teve apenas dois participantes.

Providência/Justificativa: Foi constatado o equívoco, referente a não inserção do nome do licitante vencedor na 1ª ata produzida, onde foram inabilitados todos os participantes.

12.3.15 **Recomendação:** Tendo em vista a necessidade da transparência do certame licitatório, há necessidade da presença de um servidor da IMBEL, que não seja membro da Comissão de Licitação, quando não estiver presente nas reuniões nenhum representante das licitantes, devendo este assinar a ata da reunião. Ainda, o representante da empresa, quando comparecer ao certame licitatório, deve ser nominado em ata.

Providência/Justificativa: Esta observação foi anotada para os futuros certames. A Empresa desconhecia o fato em tela e seu amparo legal.

12.3.16 **Recomendação:** Deve ser incluída nos processos de aquisição de bens ou serviços, a pesquisa de preços de mercado, efetuada em pelo menos 3 (três) empresas ou preços fixados por órgão oficial ou, ainda, preços verificados em SRP. Isso visa demonstrar que não ocorreu o superfaturamento na aquisição de bens ou serviços (os preços não estão acima dos praticados no mercado), bem como a exequibilidade das propostas de preços dos licitantes (inciso II, § 1º e 2º do Art. 48 da Lei nº 8.666, de 21 jun 1993).

Providência/Justificativa: Estas informações foram omitidas em face de já constarem nos relatórios do EMS quando do início do certame. Doravante os relatórios de preços serão aduzidos aos processos.

12.3.17 **Recomendação:** A Comissão de Licitação deve, obrigatoriamente, fazer a adjudicação às empresas vencedoras da licitação, bem como declarar que os preços estão compatíveis com os valores de mercado para aqueles produtos ou serviços adjudicados.

Providência/Justificativa: O senão foi anotado para as futuras licitações.

12.3.18 **Recomendação:** Os instrumentos convocatórios devem ser examinados e aprovados pela consultoria jurídica da IMBEL, e não apenas visados por essa consultoria. Essa recomendação reveste-se de maior importância nos casos de tomadas de preços e concorrências, bem como em convites que ensejam assinatura de contrato, onde a sua minuta deve estar contida.

Providência/Justificativa: Quanto aos pareceres jurídicos, o procedimento adotado pela IMBEL consta como: após vistados pelo setor jurídico, nas inexigibilidades e nas dispensas de licitação, eram os mesmos apensados ao processo. Nos demais processos eram tão somente rubricados e carimbados.

12.3.19 **Recomendação:** A Comissão de Licitação deve atentar para os detalhes constantes das documentações de habilitação e proposta de preços, visto que a validade da proposta é um item de suma importância na proposta de preços da licitante. No tocante à cópia de publicação em jornal, quando tirar cópia a IMBEL deve procurar identificar o periódico.

Providência/Justificativa: A numeração explicitada está divergente do processo auditado. No processo auditado nº 03/IMBEL/FJF/07 existe duas propostas de preços e com validades.

12.3.20 **Recomendação:** Deve-se, obrigatoriamente, constar, nos atos convocatórios, as cláusulas que garantam o direito consignado nas ME e EPP, por meio da norma jurídica.

Providência/Justificativa: Os modelos, até então, utilizados pela Empresa, de acordo com o regulamento à época, não previam, erroneamente, que a cláusula citada fosse destacada nos processos.

12.3.21 **Recomendação:** Recomenda-se a empresa implantar, no SISAC, os dados dos servidores contratados dentro do prazo previsto pelo TCU, conforme IN/TCU nº 55, de 24 de outubro de 2007.

Providência/Justificativa: Conforme MI nº 056/DPRHU/08, de 21/11/2008, após o entendimento e concordância com a recomendação da D Aud foi realizado no DPRHU reunião com os funcionários para esclarecimento do assunto. Está decidido que será providenciado, com urgência, um procedimento para implantação das informações no SISAC, cumprindo-se o prazo de 60 dias estabelecido na Instrução Normativa nº 55 de 24/10/2007.

12.3.22 **Recomendação:** Promover a baixa, do Adiantamento realizado à empresa BPS Turismo S/A, com base nas NF 036482, 036486 e 036489, no valor de R\$ 797,72, pelos serviços prestados.

Providência/Justificativa: Já regularizada.

12.3.23 **Recomendação:** Acompanhamento mensal dos adiantamentos concedidos, procedendo aos acertos relacionados com a devolução de recurso adiantado, pelo descumprimento do acordado entre as partes ou pela entrega do material solicitado; garantindo, assim, a eficiência do controle interno da área financeira.

Providência/Justificativa: Sendo seguida a recomendação.

12.4 Processo nº 26/2008, de 31/10/2008 - Análise dos balancetes dos meses de abril, maio e junho de 2008.

12.4.1 **Recomendação:** Que a Auditoria da IMBEL inclua em seu Relatório, item específico sobre os atos e fatos registrados no SIAFI.

Providência/Justificativa: Dentro do possível, a Auditoria Interna vem implementando a recomendação.

12.4.2. **Recomendação:** Que a IMBEL envie esforços no sentido de regularizar, o mais breve possível, todos os pontos levantados pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria Interna.

Providência/Justificativa: As recomendações vêm sendo acatadas.

12.5 Processo nº 03/2009, de 29/01/2009 - Análise dos balancetes dos meses de julho, agosto e setembro de 2008.

12.5.1 **Recomendação:** Que a Auditoria da IMBEL solicite à Unidade Gestora o motivo da falta de conformidade, bem como se os atos e fatos registrados estão sustentados em documentos hábeis.

Providência/Justificativa: O chefe da Assessoria Orçamentária e Financeira da UG 168002 informou que o SIAFI não acatou a conformidade emitida em decorrência de problemas técnico-operacionais e que documentação referente à UG 168007 encontra-se arquivada naquela UG à disposição dos controles internos e externos.

12.5.2 **Recomendação:** Que a IMBEL envie esforços no sentido de regularizar, o mais breve possível, todos os pontos levantados pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria Interna.

Providência/Justificativa: Estamos acatando, a cada relatório do Conselho Fiscal, as recomendações indicadas.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU:

Não ocorreram.

14. ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO PRATICADOS NO EXERCÍCIO:

Os atos de admissões e desligamentos que ocorreram no exercício de 2008 foram registrados através do Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC) e encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO:

Não existentes.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

As informações sobre a composição dos recursos humanos que ocorreram no exercício de 2008 estão registrados no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC) e encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não existentes.

Piquete, 07 de março de 2009

Gen Bda ÁLVARO HENRIQUE VIANNA DE MORAES
Diretor Presidente

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S /N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG . SOCIAL(S/N): _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2008

TIPO DE BALANCO : 04

TIPO DE ADMINISTRACAO : __
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _

 * * * *****

POSICAO ATE: 06Fev2009 AS 10:10
 ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - ORCAMENTARIO

	PREVISAO	INICIAL	PREVISAO	ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO/INSUF. ARRECADACAO
R E C E I T A S						
RECEITAS CORRENTES				0	66.672.323,32	-66.672.323,32
RECEITAS PATRIMONIAIS				0	633.598,52	-633.598,52
RECEITAS INDUSTRIAIS				0	50.746.619,92	-50.746.619,92
RECEITAS DE SERVICOS				0	13.706.951,90	-13.706.951,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				0	1.585.152,98	-1.585.152,98
SUBTOTAL I				0	66.672.323,32	-66.672.323,32
MOVIMENTACAO FINANCEIRA						
REPASSE			216.352.472,00	216.352.472,0	215.735.458,3	617.013,62
				0	8	
				216.352.472,0	215.735.458,3	
SUBTOTAL II			216.352.472,00	0	8	617.013,62
				216.352.472,0	282.407.781,7	
TOTAL			216.352.472,00	0	0	-66.055.309,70
				216.352.472,0	282.407.781,7	
TOTAL GERAL			216.352.472,00	0	0	-66.055.309,70

	DOTACAO	INICIAL	DOTACAO	ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA/EXCESS O EXECUCAO DESPESA
D E S P E S A S						
CREDITOS EXTRAORDINARIOS				391.174.636,0	263.535.864,1	127.638.771,82
				0	8	
				336.103.276,0	211.265.729,5	
DESPESAS CORRENTES				0	2	124.837.546,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				0	54.494.000,00	0
				281.609.276,0	156.771.729,5	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				0	2	124.837.546,48
DESPESAS DE CAPITAL				0	55.071.360,00	2.801.225,34
INVESTIMENTOS				0	48.671.360,00	2.801.225,34
AMORTIZACAO DA DIVIDA				0	6.400.000,00	0
				391.174.636,0	263.535.864,1	
SUBTOTAL I				0	8	127.638.771,82
				391.174.636,0	263.535.864,1	
TOTAL				0	8	127.638.771,82
SUPERAVIT TOTAL				0	18.871.917,52	-18.871.917,52
				391.174.636,0	282.407.781,7	
TOTAL GERAL				0	0	108.766.854,30

 ***** FIM *****
 * * *

***** CRITERIO DE PESQUISA ***** ** ** ****
 ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S /N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E D A SEG. SOCIAL(S/N): _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2008

TIPO DE BALANCO : 01

TIPO DE ADMINISTRACAO : __
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _

***** ** ** ***** *****
 POSICAO ATE: 06Fev2009 AS 10:10
 ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

	EXERCICIO	EXERCICIO
	2008	2007
INGRESSOS		
INGRESSOS	360.410.303,28	0
RECEITAS CORRENTES	34.078.314,80	0
RECEITA PATRIMONIAL	316.799,26	0
RECEITA INDUSTRIAL	23.834.016,20	0
RECEITA DE SERVICOS	6.582.894,57	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	792.576,49	0
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	2.552.028,28	0
RECEITA INDUSTRIAL	2.039.528,28	0
RECEITA DE SERVICOS	512.500,00	0
DEDUCOES DA RECEITA	-742.153,14	0
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	216.507.968,23	0
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	216.507.968,23	0
REPASSE RECEBIDO	108.176.236,00	0
SUB-REPASSE RECEBIDO	108.331.732,23	0
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	108.331.732,23	0
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	110.566.173,39	0
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.506,81	0
VALORES DIFERIDOS	308.506,81	0
DEPOSITOS	306.889,87	0
CONSIGNACOES	89.484,26	0
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67	0
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	210.391,94	0
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	81.949.071,20	0
FORNECEDORES	10.297.501,03	0
DO EXERCICIO	10.297.501,03	0
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	3.533.257,77	0
RESTOS A PAGAR	33.943.288,70	0
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	33.943.288,70	0
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.992.421,11	0
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	26.390.583,55	0
OUTROS DEBITOS	474,12	0
OUTRAS OBRIGACOES	791.544,92	0
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	1.611.121,96	0
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	1.611.121,96	0
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	26.390.583,55	0
INCORPORACAO DE DIREITOS	26.390.583,55	0
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	26.390.583,55	0
	EXERCICIO	EXERCICIO
	2008	2007
DISPENSIOES		
DISPENSIOES	360.410.303,28	0
DESPESAS CORRENTES	105.632.864,76	0
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.247.000,00	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.660.400,61	0
OUTRAS DESPESAS	70.660.400,61	0
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.725.464,15	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.725.464,15	0
DESPESAS DE CAPITAL	26.135.067,33	0
INVESTIMENTOS	22.935.067,33	0
AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	3.200.000,00	0
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	108.640.239,04	0

TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	108.640.239,04	0
SUB-REPASSE CONCEDIDO	108.331.732,23	0
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	108.331.732,23	0
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	308.506,81	0
DISPENSIOES EXTRA-ORCAMENTARIOS	120.002.132,15	0
VALORES EM CIRCULACAO	80.820.559,95	0
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	70.359.193,95	0
CREDITOS TRIBUTARIOS	10.461.366,00	0
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	12.790.988,65	0
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	12.790.988,65	0
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	26.390.583,55	0
INCORPORACAO DE OBRIGACOES	26.390.583,55	0
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	26.390.583,55	0
***** FIM ***** ** ** *****		

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S /N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E D A SEG. SOCIAL(S/N): S
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2008

TIPO DE BALANCO : 02

TIPO DE ADMINISTRACAO : 05
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _

***** ** ** *****

POSICAO ATE: 06Fev2009 AS 10:10

ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - PATRIMONIAL

	EXERCICIO	EXERCICIO
	2008	2007
ATIVO		
ATIVO	315.990.816,38	0
ATIVO FINANCEIRO	80.820.559,95	0
CREDITOS EM CIRCULACAO	80.820.559,95	0
CREDITOS A RECEBER	10.461.366,00	0
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	43.968.610,40	0
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	26.390.583,55	0
ATIVO NAO FINANCEIRO	197.453.763,25	0
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	41.297.078,39	0
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.976.704,63	0
FORNECIMENTOS A RECEBER	18.873.435,42	0
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-954.457,31	0
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-26.390.583,55	0
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.334.601,36	0
RECURSOS VINCULADOS	2.160.299,45	0
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	45.273.783,02	0
ESTOQUES	45.180.588,54	0
TITULOS E VALORES	93.194,48	0
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.412.853,58	0
DESPESAS ANTECIPADAS	427.725,81	0
CUSTOS A APROPRIAR	1.985.127,77	0
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	673.190,00	0
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	673.190,00	0
CREDITOS A RECEBER	673.190,00	0
PERMANENTE	153.070.641,28	0
INVESTIMENTOS	13.267.909,44	0
PARTICIPACAO SOCIETARIA	651.881,98	0
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	59.962,45	0
OUTROS INVESTIMENTOS	15.557.968,91	0
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-3.001.903,90	0
IMOBILIZADO	137.908.658,82	0
BENS MOVEIS E IMOVEIS	276.313.350,66	0
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-138.404.691,84	0
INTANGIVEL	1.894.073,02	0
ATIVO REAL	278.274.323,20	0
ATIVO COMPENSADO	37.716.493,18	0
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	37.716.493,18	0
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.601.239,74	0
OUTRAS COMPENSACOES	33.115.253,44	0
	EXERCICIO	EXERCICIO
	2008	2007
PASSIVO		
PASSIVO	315.990.816,38	0
PASSIVO FINANCEIRO	82.564.467,88	0
DEPOSITOS	306.889,87	0
CONSIGNACOES	89.484,26	0
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	210.391,94	0
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67	0
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	81.949.071,20	0
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.823.654,03	0
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	10.297.501,03	0
PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	1.628.186,89	0
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.905.070,88	0

OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.992.421,11	0
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	474,12	0
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	33.943.288,70	0
A LIQUIDAR	33.943.288,70	0
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	26.390.583,55	0
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	791.544,92	0
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.506,81	0
VALORES DIFERIDOS	308.506,81	0
PASSIVO NAO FINANCEIRO	122.801.565,85	0
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-6.326.360,12	0
PROVISOES	17.528.675,16	0
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-26.390.583,55	0
RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-26.390.583,55	0
OPERACOES DE CREDITO	8.353.439,39	0
INTERNAS	8.353.439,39	0
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	28.125.397,58	0
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-33.943.288,70	0
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	129.127.925,97	0
OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	129.127.925,97	0
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	129.127.925,97	0
PASSIVO REAL	205.366.033,73	0
PATRIMONIO LIQUIDO	72.908.289,47	0
PATRIMONIO/CAPITAL	360.999.657,58	0
CAPITAL REALIZADO	360.999.657,58	0
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	360.999.657,58	0
RESERVAS	99.813.080,66	0
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-436.277.168,53	0
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-51.349.842,27	0
RESULTADO DO PERIODO	99.722.562,03	0
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	278.274.323,20	0
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-178.551.761,17	0
PASSIVO COMPENSADO	37.716.493,18	0
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	37.716.493,18	0
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.601.239,74	0
COMPENSACOES DIVERSAS	33.115.253,44	0

***** FIM ***** ** ** *****

***** CRITERIO DE P ESQUISA ***** ** *****
 ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S /N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL(S/N): S
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2008

TIPO DE BALANCO : 03

TIPO DE ADMINISTRACAO : 05
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _

***** ** ***** *****

POSICAO ATE: 06Fev2009 AS 10:10
 ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATER IAL BELICO DO BRASIL
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

	EXERCICIO	EXERCICIO
	2008	2007
VARIACOES ATIVAS		
VARIACOES ATIVAS	1.309.066.182,41	0
ORCAMENTARIAS	318.579.353,27	0
RECEITAS CORRENTES	34.078.314,80	0
RECEITA PATRIMONIAL	316.799,26	0
RECEITA INDUSTRIAL	23.834.016,20	0
RECEITA DE SERVICOS	6.582.894,57	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	792.576,49	0
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORC AMENTO	2.552.028,28	0
RECEITA INDUSTRIAL	2.039.528,28	0
RECEITA DE SERVICOS	512.500,00	0
DEDUCOES DA RECEITA	-742.153,14	0
INTERFERENCIAS ATIVAS	216.507.968,23	0
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	216.507.968,23	0
REPASSE RECEBIDO	108.176.236,00	0
SUB-REPASSE RECEBIDO	108.331.732,23	0
MUTACOES ATIVAS	68.735.223,38	0
INCORPORACOES DE ATIVOS	34.791.934,68	0
AQUISICOES DE BENS	32.808.614,58	0
INCORPORACAO DE CREDITOS	1.983.320,10	0
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	33.943.288,70	0
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	990.486.829,14	0
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	54.917.711,75	0
RECEITAS DE ENTIDADES INDUS TRIAS	54.917.711,75	0
INTERFERENCIAS ATIVAS	879.388.092,53	0
TRANSFERENCIAS DE BENS E VA LORES RECEBIDOS	5.657,40	0
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBIT O	879.382.435,13	0
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	56.181.024,86	0
INCORPORACOES DE ATIVOS	52.981.024,86	0
INCORPORACAO DE BENS MOVE IS	106.663,28	0
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	93.194,48	0
INCORPORACAO DE DIREITOS	52.781.167,10	0
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.200.000,00	0
	EXERCICIO	EXERCICIO
	2008	2007
VARIACOES PASSIVAS		
VARIACOES PASSIVAS	1.309.066.182,41	0
ORCAMENTARIAS	240.408.171,13	0
DESPESAS CORRENTES	105.632.864,76	0
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.247.000,00	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.660.400,61	0
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORC AMENTO	7.725.464,15	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.725.464,15	0
DESPESAS DE CAPITAL	26.135.067,33	0
INVESTIMENTOS	22.935.067,33	0
AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	3.200.000,00	0
INTERFERENCIAS PASSIVAS	108.640.239,04	0
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	108.640.239,04	0
SUB-REPASSE CONCEDIDO	108.331.732,23	0
VALORES DIFERIDOS - INSCR ICAO	308.506,81	0
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	968.935.449,25	0

DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		21.818.424,52	0
DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDA	DES INDUSTRIAIS	21.818.424,52	0
INTERFERENCIAS PASSIVAS		879.382.435,13	0
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDI	TO	879.382.435,13	0
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		67.734.589,60	0
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		38.144.006,05	0
BAIXA DE BENS MOVEIS		11.753.422,50	0
BAIXA DE DIREITOS		26.390.583,55	0
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		29.590.583,55	0
RESULTADO PATRIMONIAL		99.722.562,03	0
SUPERAVIT		99.722.562,03	0
***** ** FIM ***** **		*****	

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração do fluxo de caixa

Quadro 5 - Demonstração das origens e aplicações dos recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 255
Salas 2207, 2208 e 2209
São José dos Campos - SP - Brasil
12246-000

Tel.: +55 (12) 3909-1760
Fax.: +55 (12) 3909-1770
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Piquete – São Paulo

1. Examinamos o balanço patrimonial da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL ("Empresa"), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Durante a realização de nossos exames, alguns procedimentos de auditoria não puderam ser aplicados em sua totalidade, resultando nas seguintes limitações:
 - a. Em virtude da falta de confirmação das operações financeiras (circularização) efetuadas junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Banco do Brasil, não nos foi possível expressar opinião sobre a razoabilidade dos saldos registrados no passivo, referentes a possíveis empréstimos e financiamentos, bem como das referidas despesas financeiras e dos efeitos tributários.
 - b. Em virtude de algumas limitações encontradas durante nossos procedimentos de auditoria efetuados na rubrica de "Estoques", tais como: divergências durante o inventário físico entre a quantidade física dos produtos e seus registros contábeis, falta de identificação e provisão para perda referente aos itens com baixa movimentação, e pela relevância dos itens não inventariados pela Empresa, não nos foi possível formar uma opinião sobre a adequação dos saldos dos estoques apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e dos custos dos produtos vendidos, bem como dos possíveis efeitos tributários.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Piquete – São Paulo

- c. A Empresa não possui o devido controle das rubricas “Custos de serviços a apropriar” e “Manutenção de máquinas”, nos valores de R\$1.969 mil e R\$750 mil (R\$1.205 mil e R\$844 mil em 2007), respectivamente, registradas como “Despesas antecipadas” conforme descrito na nota explicativa nº 8. Dessa forma, não podemos assegurar a razoabilidade e realização dos referidos valores nem os possíveis efeitos tributários.
- d. Em virtude da resposta de circularização recebida dos assessores jurídicos da Empresa não conter informações como probabilidade de perda, valores atualizados e resumo por processos, não nos foi possível assegurar a razoabilidade dos saldos registrados nas rubricas “Ativo - Depósitos judiciais e Causas trabalhistas” e “Passivo - Provisão para contingências”, nos valores de R\$1.947 mil, R\$217 mil e R\$10.834 mil (R\$1.940 mil, R\$119 mil e R\$10.834 mil em 2007), respectivamente, conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e nº 17, bem como das respectivas despesas financeiras e efeitos tributários.
- e. Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referentes aos investimentos efetuados na empresa South América Ordnance, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007, no valor de R\$30 mil, conforme descritos na nota explicativa nº 10. Como consequência, não nos foi possível assegurar a adequação dos referidos ativos, bem como das possíveis provisões para perdas.
- f. A Empresa não possui devidamente formalizado um plano de realização ou utilização dos valores registrados na rubrica “Investimentos - terrenos e máquinas e equipamentos”, registrados no valor de R\$933 mil e R\$11.228 mil (R\$933 mil e R\$11.460 mil em 2007), respectivamente, conforme descrito na nota explicativa nº 10. Consequentemente, não podemos assegurar a razoabilidade e realização dos valores registrados, bem como dos efeitos tributários.
- g. A Empresa possui registrado na rubrica de “Diferido - Pesquisa e Desenvolvimento”, em 31 de dezembro de 2008, o valor de R\$2.977 mil (R\$11.180 mil em 2007), conforme descrito na nota explicativa nº 12. Em virtude da falta de evidência, não podemos assegurar a razoabilidade, realização, bem como os efeitos na demonstração do fluxo de caixa do referido valor.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Piquete – São Paulo

- h. Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa mantém registrado na rubrica de “Adiantamento de Clientes” o valor de R\$25.599 mil (R\$28.781 mil em 2007), conforme mencionado em nota explicativa nº 16. Desse total, o valor de R\$9.504 é composto por contratos referentes a adiantamentos de clientes e depósitos não identificados. Em nossos procedimentos de auditoria, identificamos que os respectivos contratos estão vencidos desde 2003 e não apresentam movimentação desde 2004. Dessa forma, não podemos assegurar a razoabilidade dos saldos registrados no passivo circulante nem os seus possíveis efeitos tributários.
- i. A Empresa não contabilizou a provisão para imposto de renda e contribuição social diferida sobre a reserva de reavaliação efetuada em 31 de dezembro de 1996, conforme determinado na NPC 24 e Deliberação da CVM nº 183 de 19 de junho de 1995. Dessa forma, não podemos assegurar o possível saldo não registrado no passivo e patrimônio líquido nem os seus possíveis efeitos tributários.
- j. Em 2008, foi registrado indevidamente na rubrica “Ajustes de exercícios anteriores” o valor de R\$2.646 mil, referente à atualização sobre dívida de ICMS - SP não contabilizada nos exercícios correspondentes, baixa de ordens de produção já encerradas em períodos anteriores e outros ajustes, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Conforme Instrução CVM nº 506, os ajustes de exercícios anteriores devem ser registrados no exercício de competência do fato gerador. Dessa forma, o patrimônio líquido está apresentado incorretamente no referido valor.
- k. Não nos foram apresentados os valores pagos à Diretoria em 2008. Também não foram divulgados em notas explicativas, conforme determinado pelo Comunicado Técnico CPC 05. Dessa forma, não nos foi possível efetuar nossos procedimentos de auditoria para mensurarmos os referidos valores e a adequada divulgação.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Piquete – São Paulo

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam resultar dos assuntos mencionados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações e as mutações de seu patrimônio líquido nas operações referentes ao período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. A Empresa não possui seguro de seus ativos registrados em 31 de dezembro de 2008, incorrendo em riscos que possam comprometer o ciclo normal de suas atividades, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.
6. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, datado de 14 de março de 2008, o qual continha ressalva por falta de controle adequado para rubrica “Despesas Antecipadas”, falta de exame nas demonstrações contábeis da companhia South América Ordance por auditores independentes, falta de plano de ação efetivo para os investimentos registrados na rubrica “Máquinas e Equipamentos” e “Terrenos”, semelhante ao descrito no parágrafo 3 letras c), e) e f). Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

São José dos Campos, 13 de março de 2009


Marcelo Pereira Gonçalves
Sócio-contador
CRC 1SP220026/O-3
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)**

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades (nota 4)	17.328	10.121	Empréstimos e financiamentos (nota 13)	8.354	11.506
Clientes (nota 5)	11.493	18.381	Fornecedores (nota 14)	9.608	9.630
Estoques (nota 6)	40.569	32.622	Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições (nota 15)	22.207	26.468
Impostos a recuperar (nota 7)	9.138	13.340	Adiantamento de clientes (nota 16)	25.599	28.781
Despesas antecipadas (nota 8)	2.730	2.064	Provisões para contingências (nota 17)	3.945	3.872
Outros créditos (nota 9)	2.740	2.359	Provisões diversas	10.834	10.834
Total do circulante	83.998	78.887	Faturamento antecipado	2.789	1.895
			Outros débitos	1.040	1.358
NÃO CIRCULANTE			Total do circulante	84.376	94.344
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			NÃO CIRCULANTE		
Outros créditos (nota 9)	673	673	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do não circulante	673	673	Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições (nota 15)	113.313	123.360
PERMANENTE			Total do não circulante	113.313	123.360
Investimento (nota 10)	13.036	13.268	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 18)		
Imobilizado (nota 11)	138.697	138.597	Capital social	361.000	361.000
Diferido (nota 12)	2.977	11.180	Reserva de reavaliação	89.342	97.632
Total do permanente	154.710	163.045	(Prejuízos) acumulados	(408.650)	(433.731)
TOTAL DO ATIVO	239.381	242.605	Total do patrimônio líquido	41.692	24.901
			TOTAL DO PASSIVO	239.381	242.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado interno	49.842	55.802
Mercado externo	15.348	18.827
Prestação de serviços e revenda	2.445	3.112
Receita orçamentária	79.053	-
	<u>146.688</u>	<u>77.741</u>
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		
Vendas canceladas	(1.864)	(5.697)
Impostos incidentes sobre venda e serviço	(11.659)	(14.131)
	<u>(13.523)</u>	<u>(19.828)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>133.165</u>	<u>57.913</u>
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(37.396)	(36.414)
LUCRO BRUTO	<u>95.769</u>	<u>21.499</u>
Despesas administrativas	(24.736)	(21.036)
Despesas comerciais	(2.752)	(5.210)
Despesas tributárias	(1.287)	(1.545)
Despesas financeiras	(7.613)	(6.648)
Despesas com pesquisa	(8.325)	-
Manutenção de capacidade estratégica (nota 20)	(22.996)	(19.225)
Variação no estoque	(707)	(393)
Refugos	(1.574)	(1.319)
Garantia de qualidade do produto	(572)	(209)
Outras (despesas) receitas operacionais	(17)	3.836
	<u>(70.579)</u>	<u>(51.749)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	<u>25.190</u>	<u>(30.250)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(5.853)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>19.337</u>	<u>(30.250)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	319.200	3.500	32.796	(404.181)	(48.685)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(3.500)	-	(423)	(3.923)
Integralização de capital	41.800	-	-	-	41.800
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.123)	1.123	-
Reserva de reavaliação	-	-	65.959	-	65.959
Resultado do exercício	-	-	-	(30.250)	(30.250)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	361.000	-	97.632	(433.731)	24.901
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(8.290)	8.290	-
Resultado do exercício	-	-	-	19.337	19.337
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	361.000	-	89.342	(408.650)	41.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2008</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do exercício (antes do IRRF e CSLL)	25.190
Ajuste por	
Depreciações e amortizações	6.956
Valor residual de bens baixados	4.662
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.091
Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.853)</u>
Lucro ajustado	33.046
Clientes	4.797
Estoques	(7.947)
Impostos a recuperar	4.202
Despesas antecipadas	(666)
Outros créditos	(381)
Fornecedores	(22)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(14.308)
Adiantamentos de clientes	(3.182)
Faturamento antecipado	894
Outros débitos	<u>(245)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	16.188
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Compra de ativo imobilizado	<u>(5.781)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5.781)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	<u>(3.200)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(3.200)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>7.207</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	10.121
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	<u>17.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2007</u>
ORIGENS DOS RECURSOS	
Nas operações sociais:	
Resultado do exercício	-
	-
De Acionistas:	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Integralização de capital	41.800
Aumento do exigível a longo prazo	-
Redução do realizável a longo prazo	-
Depreciação e amortização	7.413
	<u>49.213</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Nas operações sociais	
Prejuízo no exercício	30.250
Baixa de bens do permanente	(9.104)
Ajustes de exercícios anteriores	423
Redução reservas de capital	3.500
Redução do exigível a longo prazo	386
Aumento do realizável a longo prazo	671
Variação no resultado do exercício futuro	-
	<u>26.126</u>
De acionistas e terceiros:	
Aplicações no permanente	10.225
	<u>10.225</u>
	10.225
AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u><u>12.862</u></u>
Ativo Circulante	
No final do exercício	78.887
No início do exercício	80.670
	<u>80.670</u>
	(1.783)
Passivo Circulante	
No final do exercício	94.344
No início do exercício	108.989
	<u>108.989</u>
	(14.645)
AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u><u>12.862</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL foi criada pela Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, que autorizou o Poder Executivo a constituí-la na forma de empresa pública, hoje vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

As atividades compreendem, além de fabricar materiais de defesa dentro das políticas e dos programas do Governo Federal, promover, com base na iniciativa privada, o desenvolvimento da indústria de material de defesa de interesse do Exército; colaborar com essas empresas no planejamento, na transferência de tecnologia e na implantação de novas unidades industriais; e administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque industrial e outros bens, cuja tecnologia derive da gerada no desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.

O Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro 2005, que aprovou o Estatuto consolidado da IMBEL, vinculado ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, em seu capítulo III define o capital social da Empresa em R\$232.900. Com base na última alteração, a Resolução nº 4-CA/IMBEL, de 23 de agosto de 2007, do Conselho de Administração da IMBEL, definiu elevar o capital social para R\$361.000, integralmente subscrito e integralizado pela União.

A IMBEL tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, com atuação em todo território nacional, possui um escritório administrativo em Piquete - SP e unidades produtivas demonstradas no quadro a seguir:

<u>Sigla</u>	<u>Localização do parque industrial</u>	<u>Material produzido</u>
FPV	Piquete - SP	Fabrição de pólvora, TNT, dinamite e seus componentes químicos
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de grosso calibre
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de equipamentos eletrônicos militares
FI	Itajubá - MG	Fabricação de armas (pistolas, fuzis, carabinas)
FE	Magé - RJ	Fabricação de explosivos em geral

A IMBEL possui duas linhas de produtos, sendo militar e civil, e destacamos como principais os produtos listados no quadro a seguir:

Linha de produtos	Aplicação	
	Militar	Civil
Pólvora química	Munição	Competição esportiva
Pólvora negra	Munição	Fogos de artifícios, mineração e artigos religiosos
Explosivos e acessórios	Munição, minas anticarro, granada e foguete	Mineração, aberturas de estradas, implosão, desmonte de rocha, prospecção mineral, aplicação artística em rocha e metal
Munição de grosso calibre	Munição de defesa	Agricultura (precipitações de chuvas e antigranizo)
Equipamentos eletrônicos	Comunicação em companhias	Computador robustecido para uso em viaturas militares, carros de bombeiros, veículos de transporte de valores, ambulâncias, veículos espaciais utilizados em treinamentos e laboratórios móveis
Armas leves	Defesa nacional	Competição esportiva e segurança pública
Nitrocelulose	Pólvoras	Dinamites para mineração, indústria de tintas, lacas e vernizes

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Empresa optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária brasileira, a Lei nº 11.638, promulgada em 28 de dezembro de 2007, que altera a Lei nº 6.404/76, visando principalmente à harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões internacionais de contabilidade emanados pelo IASB – *International Accounting Standard Board*. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil; entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado poderiam ser efetuados contra a conta de lucros acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

Entre as modificações às práticas contábeis emanadas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, destacam-se:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa, já considerada em 30 de setembro de 2008, exceto para as companhias que apresentarem Patrimônio Líquido inferior a R\$2.000.

- Criação da possibilidade de escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Obrigatoriedade de a Empresa analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Os ativos e passivos provenientes de operações não circulantes e de operações relevantes no circulante serão ajustados a valor presente.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- No ativo diferido serão registrados apenas os gastos pré-operacionais e de reestruturação, que contribuirão efetivamente para o aumento do resultado futuro.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei das Sociedades por Ações e consoante as práticas contábeis emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

3.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

3.2. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias para mercado interno e 360 dias para mercado externo, e órgãos públicos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

3.3. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período como manutenção da capacidade estratégica. Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

3.4. Impostos a recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

3.5. Outros ativos circulantes e não circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.6. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

3.7. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

3.8. Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda ou valor, e está registrado pelo seu valor recuperável.

3.9. Empréstimos e financiamentos

Constituem os valores tomados junto às instituições financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros apropriados até a data do balanço, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

3.10. Adiantamento de clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes das entregas dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

3.11. Provisões de férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

3.13. Provisões para contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício.

3.14. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime contábil de competência.

3.15. Receita orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida mediante utilização para pagamentos de suas obrigações.

3.16. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - sendo imposto de renda (25%) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%), de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999. Os prejuízos fiscais acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros a até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

3.17. Reserva de reavaliação

De acordo com a Lei nº 11.638/07, que altera e introduz modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com vistas à adoção das práticas contábeis internacionais, a Empresa decidiu manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3.18. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

A Empresa registrou em 2008, na rubrica "Ajustes de exercícios anteriores", atualização sobre dívida de ICMS - SP não contabilizados nos exercícios correspondentes, baixa de ordens de produção já encerradas em períodos anteriores e outros ajustes nos valores de R\$2.216, R\$356 e R\$74, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa e bancos	58	4.013
Tesouro nacional - Fonte 250	17.270	-
Aplicações financeiras	-	6.108
	<u>17.328</u>	<u>10.121</u>

A rubrica “Tesouro Nacional – Fonte 250”, registrada no valor de R\$17.270 em 2008, é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na conta do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI).

5. CLIENTES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Cientes - Mercado interno	8.649	17.632
Cientes - Mercado externo	5.889	1.703
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(3.045)</u>	<u>(954)</u>
	<u>11.493</u>	<u>18.381</u>

A rubrica “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, registrada no valor de R\$3.045 (R\$954 em 2007), é composta por títulos vencidos há mais de 180 dias para clientes do mercado interno e títulos vencidos há mais de 360 dias para órgão público e mercado e clientes do mercado externo.

6. ESTOQUES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Produtos acabados	3.435	2.951
Mercadorias para revenda	254	495
Produtos em processo	17.638	14.037
Matérias-primas	9.133	7.729
Materiais auxiliares	4.758	3.984
Almoxarifado	1.597	1.240
Importações em trânsito	2.837	157
Adiantamento a fornecedores	725	2.011
Compra para entrega futura	<u>192</u>	<u>18</u>
	<u>40.569</u>	<u>32.622</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
IPI a recuperar	4.547	4.031
ICMS a recuperar	2.997	2.969
ICMS a recuperar ativo imobilizado	849	655
IRRF a compensar	589	546
IRPJ a compensar	86	4.238
CSLL a compensar	44	901
Outros	26	-
	<u>9.138</u>	<u>13.340</u>

Em 2008, foram compensados créditos acumulados de IRPJ e CSLL para pagamento de impostos vencidos e a vencer que são administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF por meio de declarações de compensações.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Custos de serviços a apropriar	1.969	1.205
Manutenção a apropriar	750	844
Seguros a apropriar	10	11
Assinaturas a apropriar	1	4
	<u>2.730</u>	<u>2.064</u>

A rubrica “Custo de serviço a apropriar”, registrada no valor de R\$1.969 (R\$1.205 em 2007), é composta por serviços prestados a clientes.

A rubrica “Manutenção a apropriar”, registrada no valor de R\$750 (R\$844 em 2007), é composta por gastos com manutenção de máquinas e equipamentos do parque fabril. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no resultado do exercício.

9. OUTROS CRÉDITOS

	2008			2007		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamento para conta de férias	541	-	541	226	-	226
Adiantamento para viagem e representação	5	-	5	-	-	-
Adiantamento para conta de salário e ordenado	-	-	-	14	-	14
Cheques em cobrança	30	-	30	60	-	60
Depósitos judiciais	1.947	-	1.947	1.940	-	1.940
Causas trabalhistas	217	-	217	119	-	119
Processo desapropriação de imóveis	-	673	673	-	673	673
	<u>2.740</u>	<u>673</u>	<u>3.413</u>	<u>2.359</u>	<u>673</u>	<u>3.032</u>

A rubrica “Processo desapropriação de imóveis”, registrada no valor de R\$673 em 2008 e 2007, é composta pelo imóvel na cidade de Grajaú/RJ, desapropriado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2003. A prefeitura realizou uma avaliação do imóvel em 2003, e com base no laudo PGM 176/2003, o imóvel está avaliado em R\$673.

As rubricas “Depósitos judiciais” e “Causas trabalhistas”, registradas nos valores de R\$1.947 e R\$217 (R\$1.940 e R\$119 em 2007), são compostas por processos trabalhistas que se encontram atualmente em discussão judicial.

10. INVESTIMENTOS

	2008	2007
Terrenos	933	933
Máquinas e equipamentos	11.228	11.460
South America Ordenance	30	30
CBC - Cia Brasileira de Cartuchos	622	622
Créditos Eletrobrás	163	163
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	60	60
	<u>13.036</u>	<u>13.268</u>

A rubrica é composta por investimentos permanentes decorrentes da aquisição de máquinas e equipamentos destinados à implantação de novas unidades produtivas, dependentes de atualização dos projetos de viabilidade técnica e econômica.

11. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)			2008	2007
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	0%	55.406	-	55.406	55.406
Edifícios	4%	90.977	(35.880)	55.097	56.382
Instalações administrativas	10%	2.673	(2.604)	69	84
Máquinas e equipamentos	10%	96.899	(83.289)	13.610	11.918
Móveis e utensílios	10%	4.489	(3.446)	1.043	781
Veículos	20%	1.812	(1.094)	718	76
Ferramental	10%	13.459	(8.864)	4.595	5.528
Computadores e periféricos	20%	1.515	(716)	799	629
Direito ao uso do telefone		-	-	-	176
Museu	0%	9	-	9	9
Benfeitorias imóveis de terceiros	0%	465	(448)	17	17
Softwares	10%	144	(121)	23	36
Biblioteca		23	(23)	-	-
Marcas, direitos e patentes		1.750	(1.750)	-	-
Obras em andamento		7.311	-	7.311	7.555
		<u>276.932</u>	<u>(138.235)</u>	<u>138.697</u>	<u>138.597</u>

Os ativos registrados na rubrica “Imobilizado”, no valor de R\$138.697 (R\$138.597 em 2007), estão registrados ao seu valor recuperável.

Em 2007, a IMBEL contratou a empresa especializada SETAPE Engenharia de Avaliações para efetuar nova reavaliação de terrenos e edificações, os quais haviam sido reavaliados no ano de 1995. Embasado no Laudo de Reavaliação, o Conselho de Administração da IMBEL aprovou, através da Resolução nº 06/2007-CA/IMBEL, a contabilização do montante de R\$65.959, referente aos bens reavaliados nos valores de R\$31.674 e R\$34.125, sendo Edifícios e Terrenos, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

12. DIFERIDO

	2008	2007
Gasto com implantação de sistemas	425	425
Gastos pré-operacionais	105	105
Pesquisa e desenvolvimento	<u>11.077</u>	<u>18.005</u>
Total do custo	11.607	18.535
Amortização acumulada	<u>(8.630)</u>	<u>(7.355)</u>
	<u>2.977</u>	<u>11.180</u>

A rubrica “Pesquisa e desenvolvimento”, registrada no valor de R\$11.077 (R\$18.005 em 2007), é composta de recursos aplicados no desenvolvimento de novos produtos e na melhoria contínua dos produtos já existentes, através dos setores de engenharia existentes em cada filial.

Após conclusão das pesquisas e desenvolvimentos, se considerada viável, é iniciada a geração de receita e adota-se o método linear de amortização à taxa anual de 20%. Sendo considerada inviável, o valor acumulado é registrado como despesa no resultado do exercício.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	8.354	11.506
	<u>8.354</u>	<u>11.506</u>

A rubrica “Empréstimos e financiamentos”, registrada no valor de R\$8.354 (R\$11.506 em 2007), é composta pelo financiamento obtido junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), com intermediação do Banco Santos, e teve como objetivo o incremento da produção da Empresa, com a finalidade de exportações.

O valor original do financiamento foi de R\$5.914, o qual foi depositado pelo BNDES em conta corrente do Banco Santos. Do valor original, a Empresa transferiu para o Banco do Brasil S.A. o valor de R\$2.130. Com a intervenção do Banco Central do Brasil junto ao Banco Santos, o valor de R\$3.784 ficou retido aguardando a liquidação, cujo crédito consta da habilitação no processo de falência.

Em 5 de março de 2009, a Empresa efetuou a liquidação do financiamento, onde emitida Declaração de Quitação por parte do BNDES, referente ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14320-6 de 30 de abril de 2004. Maiores informações estão descritas na nota explicativa nº 26.

14. FORNECEDORES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fornecedores nacionais	1.929	3.792
Fornecedores estrangeiros	7.679	5.838
	<u>9.608</u>	<u>9.630</u>

A rubrica “Fornecedores estrangeiros”, registrada no valor de R\$7.679 (R\$5.838 em 2007), é composta pela dívida contraída com a Royal Ordnance, decorrente de aquisições de insumos em 1998, destinados a atender contratos entre a IMBEL e o Exército Brasileiro. O saldo é composto por dois contratos nos valores de US\$2.436 e US\$850, que sofreram variação em 2008 devido aos registros das flutuações da moeda estrangeira, registradas no passivo e resultado do exercício.

A variação apresentada pela rubrica esta demonstrada no quadro abaixo:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valores em dólares US\$ 1. contrato	2.436	2.436
Valores em dólares US\$ 2. contrato	<u>850</u>	<u>850</u>
Valor dos contratos em dólar - US\$	3.286	3.286
Taxa de câmbio em 31 de dezembro	<u>2,3370</u>	<u>1,7765</u>
Valor dos contratos em reais - R\$	<u><u>7.679</u></u>	<u><u>5.838</u></u>

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2008</u>			<u>2007</u>		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	7.884	64.945	72.829	9.623	69.470	79.093
Estaduais e municipais	9.562	29.154	38.716	11.504	30.203	41.707
Encargos e contribuições	3.316	19.214	22.530	5.330	23.687	29.017
Obrigações trabalhistas	<u>1.445</u>	<u>-</u>	<u>1.445</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
	<u><u>22.207</u></u>	<u><u>113.313</u></u>	<u><u>135.520</u></u>	<u><u>26.468</u></u>	<u><u>123.360</u></u>	<u><u>149.828</u></u>

As obrigações de ordem tributária são oriundas de períodos anteriores, as quais vêm sendo objeto de parcelamentos, com prazos que chegam a 130 meses.

As “Obrigações Tributárias” de longo prazo estão distribuídas conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Exigível a Longo Prazo</u>	<u>Término do Parcelamento</u>
Multas CLT	150	2011
FNDE - PAES	1.683	2013
ICMS/RS - Dívida Ativa	2.924	2013
ICMS/SP - Dívida Ativa	12.511	2017
Débitos Federais - PAES/PAEX	64.945	2018
ICMS/MG - Dívida Ativa	11.927	2018
ICMS/RJ - Dívida Ativa	1.792	2018
FGTS - Dívida Administrativa	10.365	2018
INSS - PAES	7.016	2018
	<u>113.313</u>	

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

A rubrica “Adiantamento de Clientes”, registrada no valor de R\$25.599 (R\$28.781 em 2007), é composta por contratos mantidos com o Exército Brasileiro, clientes nacionais e clientes estrangeiros, para futuras aquisições de produtos e serviços.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Adiantamento de clientes - nacional	25.188	25.013
Adiantamento de clientes - estrangeiro	411	3.768
	<u>25.599</u>	<u>28.781</u>

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Provisões trabalhistas/rescisórias	3.502	3.502
Provisões indenizatórias	7.332	7.332
	<u>10.834</u>	<u>10.834</u>

Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa estava sujeita a ações judiciais de natureza trabalhistas/rescisórias e indenizatórias, com variadas características e em diversas fases do rito processual. A Administração, baseada na análise individual dos processos e acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou 100% dos processos cuja probabilidade perda foi julgada como provável.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Capital social	361.000	361.000
Reserva de reavaliação	89.342	97.632
(Prejuízos) acumulados	<u>(408.650)</u>	<u>(433.731)</u>
	<u>41.692</u>	<u>24.901</u>

O Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro 2005, que aprovou o Estatuto consolidado da IMBEL, vinculado ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, em seu capítulo III define o capital social da Empresa em R\$232.900. Com base na última alteração, a Resolução nº 4-CA/IMBEL, de 23 de agosto de 2007, do Conselho de Administração da IMBEL, definiu elevar o capital social para R\$361.000, integralmente subscrito e integralizado pela União.

A rubrica “Reserva de reavaliação”, registrada no valor de R\$89.342 (R\$97.632 em 2007), é composta pela reavaliação de edifícios e terrenos, composta pelos valores demonstrados no quadro a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Reserva de reavaliação - Edifícios	42.422	50.712
Reserva de reavaliação - Terrenos	<u>46.920</u>	<u>46.920</u>
	<u>89.342</u>	<u>97.632</u>

19. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São decorrentes da retificação de erro referente a exercícios anteriores e estão demonstrados no quadro a seguir:

	<u>2.008</u>	<u>2.007</u>
Baixa de terrenos antiga Fábrica do Realengo - RJ devido à transferência à União Federal.	-	(3.638)
Atualização sobre dívidas de FGTS e ICMS/RJ não contabilizados nos exercícios correspondentes.	-	(3.619)
Atualização do empréstimo contraído junto ao BNDES ref. a juros	-	(3.245)
Baixa de custos e serviços a apropriar referente a serviço de robustecimento de central telefônica já entregue na filial FMCE.	-	(1.920)
Atualização de IRPJ e CSLL a compensar não contabilizados nos exercícios anteriores.	-	3.545
Reconhecimento da receita devido à ruptura no convênio de cooperação técnica e financeira entre IMBEL e DLOG.	-	3.500
Baixa da conta faturamento antecipado referente a produtos já entregues ao Exército Brasileiro.	-	3.237
Atualização sobre a dívida de ICMS/SP não contabilizados nos exercícios correspondentes.	(2.216)	-
Baixa de ordens de produção já encerradas em períodos anteriores.	(356)	
Outros ajustes.	(74)	1.717
	<u>(2.646)</u>	<u>(423)</u>

20. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

A rubrica “Manutenção da capacidade estratégica”, registrada no valor de R\$22.996 (R\$19.225 em 2007), é composta por gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Contas a Receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. Os contratos de financiamento ou passivos financeiros estão acrescidos dos encargos contratuais, refletindo, assim, os valores de mercado.

A Empresa não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes à taxa de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

23. REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA

A remuneração da Diretoria é determinada pelos Decretos nº 84.128, de 29 de outubro de 1997, nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, e pelo Ofício nº 2362/A3.3 do Ministério do Exército, de 5 de setembro de 1995.

24. PARTES RELACIONADAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativo Circulante		
Royal Ordnance PLC	850	850
Ativo Permanente		
Investimento		
South America Ordnance	<u>30</u>	<u>30</u>
Total do Ativo	<u><u>880</u></u>	<u><u>880</u></u>
Passivo Circulante		
Royal Ordnance PLC	<u>7.703</u>	<u>7.703</u>
Total Passivo	<u><u>7.703</u></u>	<u><u>7.703</u></u>

25. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO PUBLICADO E O BALANÇO SIAFI

Em atendimento ao item 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação dos valores publicados com aqueles relativos aos demonstrativos obtidos via SIAFI, apresentamos as conciliações entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64, encerrado em 31 de dezembro de 2008.

	Lei nº11.638/07 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Ativo Circulante	83.998	124.530	(40.532)
Ativo Não Circulante	155.383	153.744	1.639
Total do ativo	239.381	278.274	(38.893)
Passivo Circulante	84.376	76.238	8.138
Passivo Não Circulante	113.313	129.128	(15.815)
Capital Social	361.000	361.000	-
Reservas	89.342	99.813	(10.471)
Resultado Acumulado	(408.650)	(387.905)	(20.745)
Total do passivo	239.381	278.274	(38.893)

A diferença no grupo do Ativo concentra-se nas contas de Estoques e Recursos a Receber para pagamento, apurados por critérios diferentes. Os valores registrados na conta Limite de Saque referente a recursos da Fonte 300 não foram reconhecidos como disponibilidades.

A diferença no grupo do Passivo refere-se às transferências de valores do não circulante para o grupo do circulante, não efetuadas no SIAFI, e por adotar critérios diferentes no reconhecimento das obrigações.

A diferença no grupo do Patrimônio Líquido refere-se a critérios diferentes adotados na apuração do resultado e em virtude do não-reconhecimento da realização da reserva de reavaliação na conta de Lucros e Perdas.

A IMBEL, em conjunto com sua Setorial Contábil, Diretoria de Auditoria do Exército e a Coordenação Geral de Contabilidade da STN, está envidando esforços na compatibilização desses valores e implantação de procedimentos técnicos e administrativos, visando harmonizar as duas sistemáticas de contabilização, considerando que todas as diferenças são conciliáveis.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

O empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi quitado com o pagamento da última prestação no valor de R\$3.139 em 19 de janeiro de 2009, em conformidade com o aprovado por meio da Decisão Dir. 830/2008-BNDES, do dia 30 de setembro de 2008. A Declaração de Quitação emitida pelo BNDES em 5 de março de 2009 dá plena e geral quitação às obrigações assumidas no contrato.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

Carta nº 019/DVCON/2009 – IMBEL

Piquete/SP, 31 de Março de 2009.

Demonstrativo de Composição Acionária de Capital

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL é uma empresa pública, cujo acionista é a União, com 100% de participação no Capital Social.

O Capital Social da Indústria de Material – IMBEL em 31/12/2008, integralmente subscrito e integralizado, é de R\$ 360.999.657,58 (trezentos e sessenta milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinqüenta e sete reais, e cinqüenta e oito centavos), elevado através da Resolução Nº 4/2007-CA/IMBEL, de 23 de agosto de 2007.

Atenciosamente,

Renato Rodrigues

Contador

CRC 1SP229741/O-9

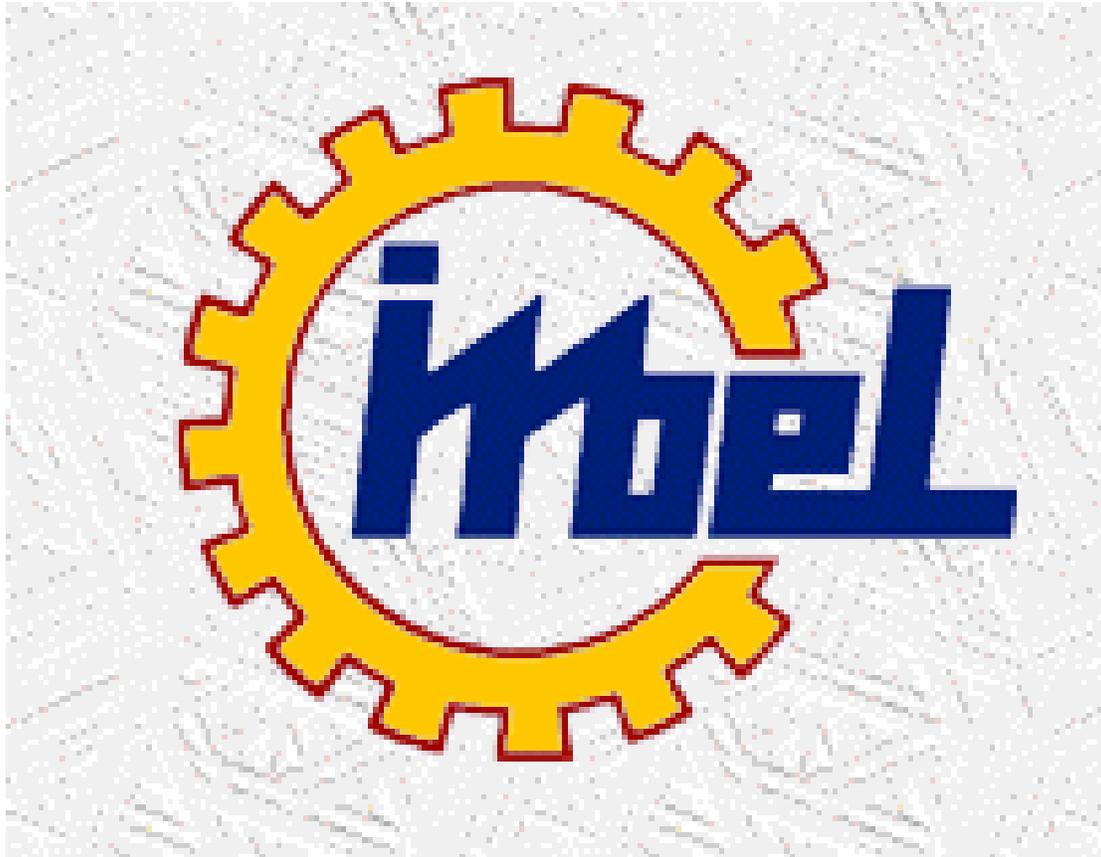


INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2008



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

ÍNDICE

Introdução	2
Mensagem do Presidente.....	3
Missão, Visão e Valores	6
Unidades de Produção - UP.....	7
Desempenho Econômico - Financeiro	13
Desempenho Histórico, Social e Ambiental	14



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

Introdução

As informações que constam do Relatório da Administração 2008 compreendem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008, apresentando os dados de seu desempenho econômico – financeiro, social e ambiental.

Este relatório integra a Prestação de Conta Anual – PCA e tem por objetivo mostrar uma síntese das atividades administrativa, sócio-culturais, ambientais e fabris da sede e das unidades de produção.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

Mensagem do Presidente

Estamos vivendo, desde o início do ano de 2008, um período de grandes mudanças para nossa Empresa. A primeira delas refere-se à transferência, para Brasília, de setores que antes funcionavam na cidade de Piquete, gerando expectativas junto ao pessoal e necessidade de adaptações, tanto em estruturas físicas quanto em processos administrativos. Essa ação continua ocorrendo nos dias de hoje e ainda está longe de ser concluída, sendo, no entanto, preocupação desta Presidência o aproveitamento de todos os nossos funcionários de tais setores em outras filiais, como já vem ocorrendo.

A segunda grande transformação iniciou-se com a inserção da Empresa no Orçamento Fiscal da União, com todas as conseqüências decorrentes, desde as que facilitaram a administração até as que geraram dificuldades e um grande esforço de adaptação, principalmente nos setores ligados às aquisições, de bens e serviços com obediência às regras do SIAFI, contabilidade e planejamento. As dificuldades foram agravadas pelo fato de termos cinco Unidades de Produção, situadas em três Estados da Federação, bem como um “mix” de produtos bastante diversificado exigindo diversificado elenco de fornecedores para bens e serviços. Como Presidente da IMBEL, posso afirmar que estamos respondendo positivamente a este desafio e que a fase mais difícil já foi ultrapassada.

O momento é de transição, em direção a uma Empresa mais ágil e moderna, o que exige a aquisição de novos equipamentos, manutenção criteriosa dos existentes, racionalização de processos e capacitação de recursos humanos. Para que tudo isso aconteça de maneira coordenada e proveitosa, necessitamos do importante e indispensável concurso de todos, dos variados níveis funcionais e de atividades. Neste escopo, esta Presidência baixou uma diretriz orientando nossos esforços em quatro grandes direções:



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

- ✓ recuperação da capacidade instalada, com prioridade para as Plantas em funcionamento, executando a manutenção necessária, substituindo equipamentos desatualizados e eliminando os gargalos da produção;
- ✓ incremento da capacidade instalada, com a modernização das linhas de produção;
- ✓ instalação de novas linhas de produção, baseada em criteriosa análise de mercado e segundo a vocação de cada fábrica;
- ✓ que seja dada, na implementação das medidas a serem adotadas, especial atenção à segurança (particularmente na operação das Plantas) e à qualidade dos produtos.

Se vivemos dias difíceis em alguma época do passado, podemos antever um futuro melhor, alicerçado em uma ligação mais estreita com o Exército Brasileiro e suas necessidades, com o Ministério da Defesa e também na compreensão do Governo Federal da necessidade de uma sólida Indústria de Defesa em nosso País, conceito expresso na atual Estratégia de Defesa, recém editada. A IMBEL será um dos pilares dessa Indústria, mercê de seus conhecimentos e capacidade técnica, atributos fundamentais à garantia da independência brasileira em setor tão crítico e importante como o da pesquisa, desenvolvimento e produção de seu material de defesa.

No decorrer de 2008, além de todos os salários terem sido pontualmente pagos, realizamos a aplicação de recursos em bens do ativo permanente com a aquisição de máquinas e equipamentos para a inovação de nosso parque fabril, investimentos em novos projetos de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de insumos de produção e investimentos na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos das linhas produtivas.

Foram equacionadas pendências financeiras decorrentes de dívidas iniciadas em exercícios anteriores, saldando-as com acordos de pagamentos e parcelando dívidas tributárias e trabalhistas, amparada na legislação vigente.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

O acompanhamento orçamentário de 2008 nos possibilitou a melhor execução do planejamento empresarial e o controle da situação econômica e financeira da Empresa.

O segmento de mercado em que atua a IMBEL tem se mostrado favorável no mercado interno, em decorrência das aquisições promovidas pelas Polícias Estaduais, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Departamento Logístico do Exército, sinalizando para o crescimento dos negócios para este setor. A IMBEL vem aparelhando as Forças Armadas, as Polícias Estaduais, as Secretárias de Segurança Pública, com produtos de qualidade, contribuindo para a garantia da Segurança Pública e Soberania Nacional.

Nossos agradecimentos, em nome de toda Direção, aos colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, autoridades governamentais e à sociedade em geral onde estão instaladas nossas filiais, pela confiança e pela colaboração, fatores indispensáveis para o atingimento das metas, o que, assegurará a continuidade dos negócios, principalmente a manutenção dos empregos dos nossos colaboradores.

Ressaltamos, finalmente, a importante influência que a IMBEL exerce junto às comunidades com ela relacionadas, principalmente pela manutenção de seu número de empregos diretos e indiretos.

Prosseguimos, com todo entusiasmo, acreditando que a IMBEL, como empresa estratégica para o Brasil, continuará merecendo o estímulo e o apoio que nos tem sido dado pelos seguimentos responsáveis pela Segurança Nacional.

Álvaro Henrique Vianna de Moraes

Diretor-Presidente



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

Missão, Visão e Valores

Missão

Manter em território nacional, uma base industrial de defesa operante, com capacidade para abastecer as Forças Armadas Brasileiras, garantindo a soberania nacional, em tempos de paz ou de guerra.

Visão

Buscar, através da inovação tecnológica e melhoria contínua do processo produtivo, a perfeição e o sucesso em seus produtos, atingindo altos padrões de qualidade, objetivando a plena satisfação de seus clientes.

Valores

Idoneidade

Segurança

Responsabilidade

Respeito e Cidadania

Qualidade Diferenciada

Compromisso com a Nação e o meio ambiente



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

Unidades de Produção - UP

A IMBEL, com suas cinco Unidades de Produção, possui uma gama de produtos de uso militar e civil capaz de atender às necessidades (quanto a estes produtos) das Forças Armadas Brasileiras em tempos de paz ou de guerra, bem como à demanda comercial dos mercados nacional e internacional.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

F1 - Fábrica Presidente Vargas

A Fábrica Presidente Vargas entrou para a história da cidade de Piquete em 1902, após os primeiros estudos coordenados pelo Marechal Medeiros Mallet, para a construção de uma fábrica de pólvora sem fumaça.

Em atividade desde março de 1909, encravada entre montanhas e matas criteriosamente preservadas em obediência às leis ambientais, constituiu-se num exemplo da natural e contínua necessidade de evoluir resguardando a tecnologia autóctone, patrimônio base de sua vocação industrial, aplicada na fabricação de produtos químicos, explosivos e propelentes de emprego militar e civil.

Produtos

Nitroceluloses (colódio de alta e baixa nitração)

Trinitrotolueno (TNT)

Nitroglicerina

Gelatina explosiva

Pólvora de base simples e base dupla

Éter sulfúrico

Plastex

Emulsão explosiva

Dinamites gelatinosas

Explosivo carbonitrado

Grãos propelentes de base dupla



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

F2 - Fábrica de Juiz de Fora

Esta Unidade de Produção teve sua pedra fundamental lançada em 09 de Agosto de 1934, com o nome de Fábrica de Estojos e Esboletas de Artilharia (FEEA). Inaugurada oficialmente em 22 de Março de 1938, desde janeiro de 1937 já tivera seu funcionamento iniciado em diversas de suas instalações, com produção de estojos para tiros de canhões.

A Fábrica de Juiz de Fora – FJF, possui tecnologia própria para a fabricação de materiais de emprego militar, com qualidade assegurada por Certificado de Sistema da Qualidade NBR ISO 9001:2000. Está ainda capacitada a produzir uma linha de produtos de cutelaria, e pode fornecer ferramentas de produção e controle, serviços de radiografia industrial, tratamento térmico e superficial de metais, bem como serviços laboratoriais, mecânicos, metalográficos e balísticos.

Produtos

Tiro 90 mm (AE-Tr, AE AC-TR, Exc AC-Tr, AE Plst-Tr)

Tiro Morteiro 60, 81 e 120mm

Tiro 105 AE – IMBEL MD1 A1

Motor Foguete SBAT-70 M4B1

Tiro 155 mm (AE-Tr, AE AC-TR, Exc AC-Tr, AE Plst-Tr)



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

F4 - Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica

A Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica, teve sua origem em 1931 nas oficinas do Serviço Telegráfico do Exército. Em outubro de 1939, surgiu a Fábrica de Material de Transmissões, desmembrando-se do Depósito Central de Material de Transmissões, recebendo a designação de Fábrica de Material de Comunicações (FMCom). A FMCom foi extinta em 05 de maio de 1977, dando lugar à Fábrica nº 04 – Material de Comunicações que, em 1985 foi denominada Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica – FMCE.

Atualmente desenvolve e produz sistemas operacionais computadorizados, equipamentos rádio (Transceptores HF e VHF), centrais e telefones e presta serviços de testes elétricos, mecânicos e ambientais, de montagem de placas de circuito impresso com componentes convencionais e SMD e faz tratamentos superficiais.

Produtos

Sistema Gênesis

Central Telefônica, Telefone UMA 2000

Computador Robustecido Militar CRM 233 e Computador Palmar Militar COM 1196

Unidade Controladora de Rádio UCR 1200 e Unidade Controladora de Comunicações UCC 1299

Encontram-se ainda em desenvolvimento dois equipamentos para comunicações, o Radio Mallet e o Rádio Desenvolvido por software, este em conjunto com o Instituto Genius .



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

F5 - Fábrica de Itajubá

A Fábrica de Itajubá – FI foi inaugurada em 1935, com a denominação de Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil.

Destacam-se como mais importantes produtos já fabricados por esta Unidade de Produção, os seguintes:

- Fuzil Mauser – o melhor fuzil de repetição até hoje concebido.

- Pistola .45M911 A1BR1 – derivada do projeto de maior sucesso em toda a história do armamento de porte – Projeto COLT. Neste produto realizou-se a afirmação da engenharia de processo da Fábrica de Itajubá. A confirmação do sucesso deste projeto está representada na contínua exportação de pistolas, por intermédio da Springfield Inc., há mais de 15 anos para os Estados Unidos, o mais exigente mercado mundial.

- FAL – o fuzil automático de maior aceitação em todo o mundo, que chegou a ser usado em mais de 90 países. Apenas em dois locais hoje se fabrica inteiramente o FAL pelo sistema métrico - na FN (Bélgica) e nesta Unidade de Produção.

Produtos

Pistolas .40/.45/.380 e 9mm Carabina 5,56 MD 97 LC

Fuzil .308 AGLC (Sniper) Fuzil 5,56 MD 97 LC

Fuzil 7,62 M964 (FAL PARAFAL)

Encontram - se em desenvolvimento a pistola de polímero, a pistola compacta (XODÓ) e em curso a modernização do fuzil e carabina 5, 56mm.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

F6 - Fábrica da Estrela

A Fábrica da Estrela, herdeira de 200 anos de desenvolvimento de tecnologia na fabricação de produtos para uso militar, foi fundada pelo Príncipe Regente D. João em 1808, com o nome de Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, localizada no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Em 1824 foi transferida para a atual localização, com a denominação de Real Fábrica de Pólvora da Estrela, mediante Decreto de D. Pedro I.

A partir de 1939 foi reestruturada, passando a ter a atual denominação de Fábrica da Estrela, funcionando como uma Organização Militar do Ministério do Exército até a criação da IMBEL em 1975, quando passou a ser administrada como Empresa Pública vinculada ao Ministério do Exército. Hoje a Fábrica atua nos mercados militar e civil fornecendo uma variada gama de explosivos e acessórios.

Produtos

Petardos Traçador MD4 RDX (Hexogênio) HMX (Octogênio)

Nitropenta (PETN) Pólvora Negra Militar Composição B, A3, A4 e A5

Cordel Detonante NP-5 e NP-10

Atualmente possui quatro novas Plantas sendo montadas:

- Planta de emulsão, por transferência da FPV;
- Planta de Acionadores não Elétricos (NONEL);
- Planta de automatização da produção de espoletas; e
- Planta de produção de explosivo granulado.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa

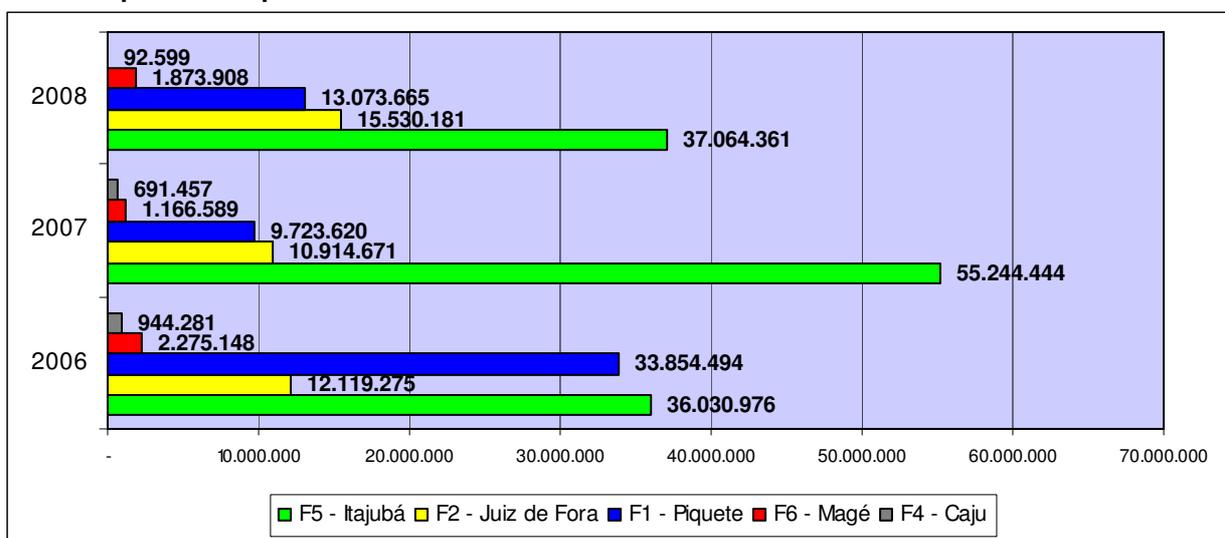


Comando do Exército

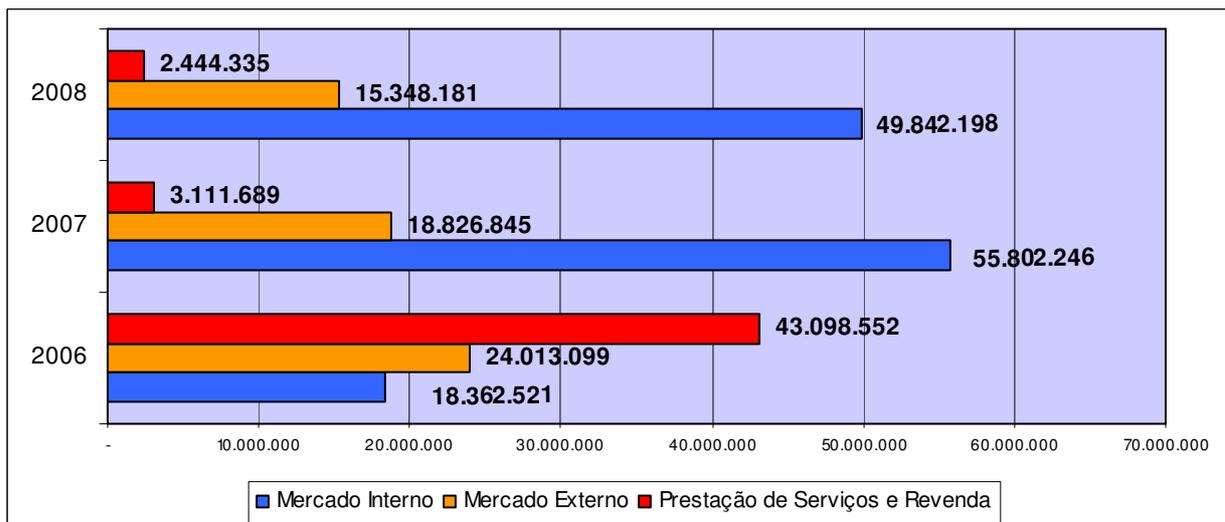
Desempenho Econômico - Financeiro

A Receita Operacional Bruta aferida em suas atividades comerciais foram geradas por suas cinco unidades de produção, distribuídas da seguinte forma:

Receita Operacional por Filial



Receita Operacional por Mercado





INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

Desempenho Histórico, Social e Ambiental

A IMBEL constitui, como parte de seus ativos, as instalações, equipamentos e áreas das antigas fábricas do Exército, as atuais cinco unidades de produção – UP, residências, áreas de lazer, instalações desportivas e sociais.

As unidades residenciais estão distribuídas à parcela significativa dos colaboradores da empresa, mediante desconto mensal de 5% dos salários individuais.

As demais instalações foram cedidas, mediante termos de comodato, às associações de funcionários e a órgãos das administrações municipais, onde as UP encontram-se instaladas, cumprindo a função social desta empresa estatal (prevista na Constituição Federal).

A idade das instalações fabris demanda muito esforço (inclusive e principalmente recursos financeiros) para garantir o funcionamento com segurança e qualidade dos produtos. Isto é uma preocupação constante desta presidência.

Particularmente nas fábricas Presidente Vargas – FPV e Estrela – FE, a IMBEL administra importantes fragmentos de Mata Atlântica original e regenerada, demonstrando atenção e cumprimento dos preceitos de legislação ambiental. Isto é constantemente destacado pela mídia e também por visitantes em diferentes oportunidades.